
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil



Revista Cocar. Edição Especial N.20/2023 p.1-21

ISSN: 2237-0315

Dossiê: A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimentos na oferta educativa

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

Analysis of scientific productions on privatization, commodification and financialization of Brazilian higher education

Marcelo Mocarzel
Mônica de Oliveira Lopes
Diego Jorge Ferreira
Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Rio de Janeiro - Brasil

Resumo

O artigo analisou a produção sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior no Brasil. A pesquisa, de caráter bibliográfico, foi realizada por meio dos procedimentos de revisão definidos pela Análise de Conteúdo e utilizou como corpus de informação seis periódicos acadêmico-científicos de estratos A1 e A2 definidos pelo Qualis - Capes. As buscas foram realizadas inicialmente a partir de três descritores: privatização, mercantilização e financeirização. Aproximadamente 53% dos 13 artigos analisados discutiram a temática privatização, mercantilização e financeirização da educação superior. As publicações tiveram início em 2004, com o maior número de publicações em 2022. Conclui-se que ainda é incipiente o número de pesquisas na área, possuindo pouca representatividade frente ao total de publicações nas revistas mais bem avaliadas da área.

Palavras-chave: Privatização; Mercantilização; Financeirização da Educação Superior.

Abstract

The article analyzes the production on privatization, commodification and financialization of higher education in Brazil. The bibliographical research was carried out through the review procedures defined by Content Analysis and used as information corpus six academic-scientific journals of strata A1 and A2 defined by Capes. The searches were initially carried out based on three descriptors: privatization, commodification and financialization. Approximately 53% of the 13 articles analyzed discussed the issue of privatization, commodification and financialization of higher education. Publications began in 2004, with the highest number of publications in 2022. It is concluded that the number of researches in the area is still incipient, with little representation compared to the total number of publications in the best evaluated journals in the area.

Keywords: Privatization; Commodification; Financialization of Higher Education.

Introdução

A educação superiorⁱ brasileira teve início a partir da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, quando em 1813 foram criadas as Academias de Cirurgia da Bahia e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, somente em 1920 tivemos a criação da primeira universidade nacional, reunindo cursos isolados e constituindo a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (Bielschowsky, 2023).

Tivemos momentos importantes que marcaram o ensino superior, dentre eles a Reforma Universitária de 1968 e a conseqüente modernização do sistema, com o fim das cátedras e a criação dos departamentos e do sistema de créditos, o que se deu em plena Ditadura Militar. Tal movimento modernizante fomentou a privatização da oferta, com surgimento de instituições sem fins lucrativos, porém de interesse privado (Mocarzel, 2019).

Mais de cem anos depois da criação da primeira universidade, temos um cenário muito diferente no país: de acordo com o último Censo da Educação Superior, com dados de 2020 e divulgado em 2022, o Brasil contava com cerca de 8,68 milhões de matrículas. “De 1995 até 2020, o número de matrículas cresceu tanto no ensino público quanto no setor privado, passando, respectivamente, de 696 mil para 1,95 milhões e de 1,063 para 6,72 milhões” (Bielschowsky, 2023, p. 22).

Nesse sentido, sem tirar a importância da educação superior pública brasileira, que inclusive praticamente monopoliza as atividades de pesquisa no país, hoje há uma enorme concentração das matrículas em instituições não públicas – que incluem as privadas e as comunitárias, desde recente mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que separou essas duas categorias (Adrião, Oliveira, Mocarzel, 2022).

Atualmente o maior quantitativo de matrículas se concentra em grandes conglomerados educacionais, que ganharam força a partir de uma série de medidas. “O Censo da Educação Superior de 2020 contabilizava 4,83 milhões de estudantes matriculados em instituições privadas com fins lucrativos, o que correspondia a 71,9% do setor privado” (Bielschowsky, 2023, p. 23). Esses conglomerados, em alguns casos, são formados por empresas listadas em Bolsa de Valores, com capital aberto e algumas delas com participação de capital internacional.

De acordo com o Relatório A Educação Brasileira na Bolsa de Valores: das oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional (2020), os grupos citados são: (i) Kroton Educacional S.A. (ou Cogna), (ii) Yduqs Participações S.A., (iii) Ser Educacional S.A., (iv) Ânima Holding S.A., (v) Bahema, (vi) Arco Educação S.A.,

(vii) Afya Participações S.A e (viii) Vasta Plataform Limited. (Bielschowsky, 2023, p. 108).

Essa nova configuração econômica do setor educacional tem suas bases em dois momentos: do ponto de vista legal, ela remete à publicação do Decreto 2.306, de 1997 (Brasil, 1997), no governo de Fernando Henrique Cardoso, que possibilitou a criação de empresas na educação superior. Antes dessa medida, todas as instituições de ensino superior (IES) eram sem fins lucrativos, mesmo havendo uma série de manobras e ilegalidades para que os controladores auferissem lucros disfarçados de outras rubricas.

As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da **legislação mercantil**, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, **como se comerciais fossem**, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual (Brasil, 1997, Art. 7º, grifos nossos).

Do ponto de vista econômico, a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, especialmente o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro governo de Dilma Rousseff, houve forte incentivo ao crescimento das IES privadas, de maneira desordenada. Uma década depois do Decreto 2.306, tivemos um ponto de inflexão para o setor educacional, como nos mostra Sguissardi (2016, p. 19):

Essa marcha triunfante das empresas do setor educacional do mercado, que se inicia em 2007, quando da abertura de capital das primeiras dentre elas – Anhanguera Educacional, Estácio Participações, Kroton (Pitágoras) e SEB (Sistema Educacional Brasileiro; hoje parte da Estácio) – e se consolida diante da baixa concorrência num mercado aberto e pouco explorado (taxa líquidaⁱⁱ de apenas cerca de 10% e da clara disposição do governo de turno de garantir-lhes os adimplentes bônus do fundo público – ProUniⁱⁱⁱ e Fies^{iv} – somente sofrerá um freio quando são editadas as Portarias Normativas MEC n. 21 e 23^v, de 29/12/2014.

Com esses incentivos diretos, muitas instituições abriram vagas de forma descontrolada, algumas dependendo em quase 70% de verbas advindas dos programas federais. Entre 2012 e 2014, o setor educacional foi o que mais se valorizou na bolsa, atingindo a incrível marca de 350% de valorização das ações, quando a valorização da Ibovespa era de cerca de 4% (Sguissardi, 2016).

Assim, podemos entender que a privatização, a mercantilização e a financeirização fazem parte de um movimento contínuo, mas não uniforme, de fomento ao setor privado, em detrimento do público. A partir da já citada Reforma de 1968, temos um movimento de privatização da oferta, com vagas voltadas para as camadas médias e altas da população,

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

quando o acesso à universidade pública era ainda mais restritivo do que é hoje. A partir de 1997, temos na educação superior influência crescente do mercado e sua consequente mercantilização. Após a entrada do setor no sistema financeiro, enxergamos a construção do que hoje entendemos por movimento de financeirização.

O sentido de mercantilização, que para Marx (1985) era a atribuição de valor de uso efetivado pelo consumo a algo, também se confunde com o de privatização, ainda que Adrião (2018) diferencie conceitualmente como forma de dar transparência aos processos que se dão na educação. Ou seja, tornar educação uma mercadoria é uma forma de privatizá-la.

Nesse sentido, Adrião (2018) identifica três diferentes dimensões: a privatização da oferta educacional, do currículo e da gestão. Morgan e Mocarzel (2021) acrescentam que há hoje uma privatização da formação dos professores, ocorrendo por meio das três dimensões apontadas.

Em se tratando da financeirização, Krippner (2004, p. 14), aponta tratar-se de “um padrão de acumulação no qual a produção do lucro se dá crescentemente através de canais financeiros ao invés de ser pela via do comércio e da produção de *commodities*”. Marx (1985) explica o que é o capital financeiro, que dá origem à financeirização:

O dinheiro efetua alguns movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e do capital comercial, como por exemplo, pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação etc. Quando estes movimentos se tornam uma função autônoma de um capital particular que os executa como operações peculiares e nada além disso, transformam esse capital em capital financeiro (Marx, 1985, p. 363).

Assim se dá a expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil, a partir de intensos processos de privatização, mercantilização e financeirização. O Decreto 2.306, de 1997 é uma política que nasce no bojo de uma mudança estrutural ocorrida no Estado Brasileiro a partir da globalização.

Como consequência, as reformas impostas pelo ajuste global do capitalismo visaram à abertura irrestrita ao mercado e à reorganização do espaço social, segundo sua própria racionalidade. Com isso, observou-se um movimento de reconfiguração das esferas pública e privada, afetando diretamente a educação, em geral, e a educação superior, em particular. Esse conjunto de fatos impõe uma resignificação ao processo educativo, no campo das concepções e das políticas, cuja expressão maior, na América Latina, se concretizou nos anos de 1990, a partir de um movimento reformista, orientado pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Chaves, 2010, p. 484).

A autora complementa acerca das reformas:

A ideia básica presente nas reformas educativas, iniciadas na década de 1990, é que os sistemas de ensino devem se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade com contenção de gastos. Seguindo essa diretriz, o governo brasileiro vem reformando a educação superior, por meio de uma diversidade de instrumentos normativos, como leis ordinárias, decretos, portarias, medidas provisórias etc., cuja centralidade reside na restrição de gastos. Essa reforma, em acordo com as recomendações do Banco Mundial para os países da América Latina, fundamenta-se na lógica do mercado, na qualidade e na eficiência do sistema (produtividade e qualidade total), na avaliação quantitativa para concessão de recursos orçamentários, com controle finalístico, no empresariamento do ensino superior público, por meio da captação de recursos no setor privado (Chaves, 2010, p. 485).

Abre-se caminho para o mercado (inclusive via governo, com políticas de financiamento às instituições privadas), fazendo com que a demanda por ensino superior seja suprida de forma híbrida e não por meio do aparelho do Estado. Um mercado “selvagem e desregulado” que reforça a “descapitalização e desestruturação” do ensino público e opta pela “mercadorização da universidade”, em que o que está em curso hoje é uma “globalização neoliberal da universidade” (Santos, 2004, p. 10 e 11).

Santos (2004) ainda aponta que tanto o desinvestimento na educação superior pública quanto o avanço dos conglomerados privados são duas faces da mesma moeda, na medida em que uma depende da outra para a transmutação do perfil do bem público que a universidade vem produzindo. Ainda que este processo tenha sido destacado pelo autor há 20 anos, e apesar do crescimento do investimento público brasileiro em educação superior neste período, pode-se dizer que as empresas de educação superior ganharam espaço no Brasil.

As reformas da educação superior, ao longo do século XX e no início do século XXI, mostram que as alterações nos sistemas legal e educacional refletem as transformações nos projetos políticos do país, em que se buscou uma síntese efetiva entre interesses nacionais e internacionais (Silva Júnior; Sguissardi, 2005).

Esses interesses mútuos de integração fortalecem a transformação da educação em um objeto de interesse do grande capital, resultando em uma crescente comercialização do setor (Oliveira, 2009), promovendo o processo de privatização, mercantilização e financeirização da educação superior.

Tal processo vem se fortalecendo com a criação de parcerias entre empresas. Os oligopólios são compostos por empresários que possuem conexões com grandes fundos de

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

investimento estrangeiros, os quais adentraram o país ao investir quantias substanciais para assegurar sua presença nas IES brasileiras.

Além disso, é importante ressaltar que o processo de financeirização da educação superior, impulsionado pelas transações relacionadas ao setor mercantil, tem favorecido consideravelmente essa área, resultando na internacionalização da oferta educacional (Cruz; Paula, 2018), sendo impulsionada pela publicidade maciça que promove a expansão do acesso e a contratação de crédito para permanência do aluno nas IES (Mocarzel, 2019).

A partir do exposto, o presente trabalho fez um levantamento bibliográfico buscando mapear publicações de artigos sobre as temáticas da privatização, mercantilização e financeirização da educação superior em artigos publicados nas revistas A1 e A2 da área da Educação, que compõem a Base SCIELO, considerado o período de avaliação 2017-2020. Foi escolhida esta biblioteca eletrônica por ser uma plataforma que indexa e disponibiliza gratuitamente uma ampla variedade de revistas científicas de alta qualidade em âmbito nacional e internacional. Assim, buscou-se responder a duas questões: “Quais têm sido os enfoques das pesquisas em financeirização do ensino nos periódicos acadêmico-científicos mais bem avaliados na área da Educação Superior?”; e “Quais os principais aspectos ausentes nas pesquisas da área de Educação Superior e financeirização do ensino superior?”

Notas metodológicas

Alinhados ao objetivo proposto, nesta pesquisa, foram adotados os procedimentos de revisão bibliográfica baseados na Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2011). Conforme descrito pela autora (2011), a AC é um método sistemático de análise que proporciona organização e padronização dos dados coletados, permitindo a análise do texto e sua interpretação em termos de significado.

O *corpus* de dados foi construído utilizando periódicos acadêmico-científicos da área de Educação classificados nos estratos Qualis A1 e Qualis A2 de acordo com a avaliação 2017-2020 realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. A delimitação dos estratos se baseia na justificativa de que o sistema de classificação de periódicos nacionais e internacionais, Qualis-Periódicos da CAPES, identifica os periódicos nos quais estão presentes publicações que representam a produção intelectual dos programas de pós-graduação de excelência brasileiros em uma determinada área do conhecimento. Assim, foram selecionados seis periódicos para análise do acervo digital online do sistema *Scientific Electronic Library Online* (Base SCIELO).

Após as leituras realizadas para a pesquisa, foram selecionados os seguintes descritores de pesquisa: “privatização da educação/ensino superior”, “mercantilização da educação/ensino superior” e “financeirização da educação/ensino superior”. As buscas foram realizadas usando aspas e os termos foram digitados manualmente com acentuação na plataforma SciELO.

Foram analisados artigos produzidos entre 2004 e 2022, sendo este o período condizente ao início e término das pesquisas encontradas na base SCIELO de acordo com o descritores já determinados nos seguintes periódicos da área temática de Ciências Humanas listados a partir dos indexadores de busca descritos anteriormente: Educação & Sociedade (A1), Revista Brasileira de Educação (A1), Educação em Revista (A1), Pró-Posições (A1) e Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) (A1). As buscas foram realizadas em maio de 2023 e, respeitando-se o recorte dos descritores deste levantamento bibliográfico, não foram encontradas publicações em revistas do estrato A2. A fim de garantir a homogeneidade do levantamento e assegurar a consistência na análise dos dados, foram selecionados apenas os artigos que apresentavam os descritores mencionados no título, resumo ou palavras-chave, sendo esses os critérios de amostragem deste estudo.

A partir dos descritores de pesquisa nos seis periódicos e dos critérios de amostragem definidos, foram selecionados 16 artigos, apresentados no quadro 1:

Quadro 1 - Distribuição quantitativa dos trabalhos disponíveis, trabalhos selecionados e trabalhos excluídos tomando como base o objetivo do estudo.

Categoria	Educação & Sociedade	Revista Brasileira de Educação	Educação em Revista	Pró-Posições	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)
Trabalhos disponíveis	8	3	2	1	2
Selecionados	7	3	1	1	1
Excluídos	1	-	1	-	1

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados apresentados no quadro 1, no periódico Educação & Sociedade oito artigos foram encontrados usando os termos de busca; entretanto, somente um não se encaixava na temática desejada. Na Revista Brasileira de Educação, todos os três trabalhos pesquisados eram referentes aos termos usados na busca. Em Educação em

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

Revista, de dois artigos encontrados, apenas um tratava da temática desejada. Na Pró-Posições, um artigo continha os termos de busca e foi selecionado para análise. Na última fonte pesquisada, Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), de dois artigos encontrados, somente um foi selecionado para análise por trazer a abordagem da temática investigada.

Assim sendo, a despeito da pequena quantidade de artigos que abordam a temática da privatização/mercantilização/financeirização da educação superior, podemos afirmar que Educação & Sociedade e Revista Brasileira de Educação foram os periódicos em que houve maior concentração relativa de artigos dentro de temática, visto que ambas possuem uma porcentagem maior de publicações, somando cerca de 66% do total de artigos. Em termos absolutos, a revista Educação & Sociedade se destaca com a publicação de cinco artigos sobre a temática e a Revista Brasileira de Educação com três artigos publicados sobre a temática.

Caracterização geral dos textos sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior

Além do levantamento quantitativo acerca da frequência com que esse tema aparece nas revistas Qualis A1 e A2, buscou-se identificar os principais autores e a frequência com que aparecem nos 13 artigos selecionados: além das palavras-chave, a metodologia das pesquisas e as principais conclusões. Os resultados foram organizados no quadro 2.

Quadro 2. Levantamento comparativo dos textos analisados na plataforma SCIELO.

Fonte	Ano	Título	Autores
Educação & Sociedade	2004	Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento	Mancebo
Educação & Sociedade	2010	Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios	Chaves
Educação & Sociedade	2016	Privatização da Educação na América Latina e no Caribe: Tendências e Riscos para os Sistemas Públicos de Ensino	Croso; Magalhães
Educação & Sociedade	2009	A transformação da educação em mercadoria no Brasil	Oliveira
Educação & Sociedade	2013	Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da Unesa	Mancebo; Vale
Educação & Sociedade	2019	A Financeirização da Educação Privada nas Páginas de Revista: Discursos Publicitários Sobre a Universidade Brasileira	Mocarzel

Educação & Sociedade	2022	As Contingências e Condições Objetivas da “Eadização” do Ensino Superior Presencial	Casagrande; Maiesk; Alonso
Revista Brasileira de Educação	2005	A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?	Silva Júnior; Sguissardi
Revista Brasileira de Educação	2015	Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010	Mancebo; Vale; Martins
Revista Brasileira de Educação	2021	O jogo político do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (2010-2016)	Santos; Chaves; Paixão
Educação em Revista	2022	Future-Se: elucidando mais uma Tentativa de Privatização das Universidades Públicas Brasileiras	Lopes
Pró-Posições	2009	ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior	Segenreich
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)	2018	Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil	Cruz; Paula

Fonte: Base SciELO, 2023.

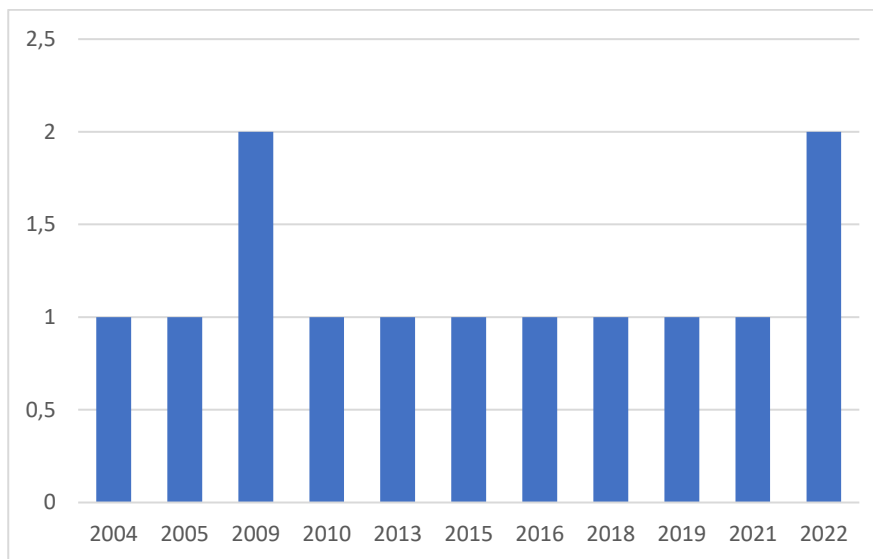
Nas fontes pesquisadas, foi encontrado um total de 20 autores distintos, dos quais três se repetiram com frequências diferentes. O nome mais citado é o da Prof^a. Dr^a Deise Mancebo com um total de três (15%) artigos encontrados. Em seguida, a Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Jacob Chaves com dois (10%) dos trabalhos encontrados e a Prof^a. Dr^a. Andreia Araújo do Vale aparece com dois (10%) artigos publicados. Os demais autores apareceram apenas uma vez dentre os 13 trabalhos analisados.

Em relação à metodologia de investigação, sete trabalhos (53,84%) eram constituídos de pesquisas empíricas com abordagem qualitativa e seis artigos (46,15%) com delineamentos do tipo quali-quantitativo.

Com relação à distribuição temporal, podemos observar no Gráfico 1 que, no ano de 2009 e 2022 foram publicados dois artigos, seguido da publicação de um trabalho entre os anos de 2004 e 2005 e entre 2010 e 2021.

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

Gráfico 1. Quantidade de trabalhos publicados ao longo dos anos



Fonte: Elaboração própria.

Como demonstra o Gráfico 1, em nossa seleção, o ano de 2004 é aquele escolhido para a pesquisa feita em torno de artigos com foco na privatização/mercantilização/financeirização da educação superior. Ainda que com essa pequena seleção de artigos, apesar da criação do FIES em 1999, que sucedeu o antigo Crédito Educativo (CREDUC), estabelecido ainda durante o regime militar com o objetivo de apoiar a expansão do ensino superior privado e garantir a permanência dos estudantes nesse sistema (BRESSAN, 2018), é possível afirmar que as publicações envolvendo os temas em foco (privatização/mercantilização/financeirização da educação superior) são mais numerosas a partir de 2009.

Cronologicamente, os artigos que ficaram na seleção final abordam os temas supracitados, retomando aspectos de base, históricos e legais para demonstrar o desenvolvimento de um mercado em torno da educação superior; e, em seguida, o progressivo processo de financeirização dessas instituições, hoje amplamente difundido no país.

Mancebo (2004) toma a reforma universitária como foco de seu artigo, para levantar em seu texto legal de base elementos relativos à privatização da educação superior e à mercantilização da produção do conhecimento. A autora denuncia o empobrecimento das missões das universidades e a significativa perda de iniciativa das IES públicas.

Silva Junior e Sguissardi (2005), ainda analisando o anteprojeto de lei de educação superior, em sua versão de dezembro de 2004, indicam que a reforma da educação superior

proposta se insere no processo de universalização capitalista e que as ações previstas, de financiamento pública da educação superior privada (por meio do Programa Universidade para Todos – PROUNI – por exemplo), a regulação do Estado por meio de sistemas de avaliação, entre outras, reafirmam as premissas da referida universalização.

No trabalho de Segenreich (2009) são abordados os programas PROUNI e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Fica claro que se tratam de programas de expansão da educação superior por meio da Educação a Distância (EaD), mas que esbarram em desafios relativos à qualidade do ensino ofertado, da permanência dos alunos contemplados, da construção e manutenção de polos por entes que nem sempre têm capacidade financeira para tal, sem contar a distância desses polos das IES que chancelam suas existências.

Oliveira (2009), muito claro em sua tese, descreve os processos que, em sua análise, levaram a educação a ser tratada como mercadoria no Brasil: gestão não estatal e aquisição de universidades brasileiras por grupos estrangeiros.

Chaves (2010) completa o trabalho supracitado descrevendo os processos de compra de instituições de educação superior brasileiras por grupos, tais como: Anhanguera, Pitágoras, Kroton, entre outros. Assim, descreve o processo de formação de oligopólios, então, com fortalecimento de empresas privadas de educação superior apoiadas pela financeirização do setor.

O mesmo tema é abordado por Mancebo e Vale (2013), mas com foco especial na Universidade Estácio de Sá (UNESA). Como ocorrido com outras instituições privadas, ocorre na instituição focalizada um processo de financeirização amplamente baseado em capital financeiro internacionalizado, cujos detentores são desconhecidos.

Em outro trabalho, Mancebo, Vale e Martins (2015) descrevem as políticas de expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2010 como favorecendo a sua privatização, o reforço da EaD no Brasil (com 80% das matrículas nesta modalidade concentradas em IES privadas até 2010) e a aprendizagem sem ensino, então, sem professor, favorecido pela automatização de disciplinas por meio da EaD.

Apontando também o crescente processo de privatização da educação como um todo na América Latina, Croso e Magalhães (2016, p.30) levantam problemas quanto à fragilização dos sistemas públicos de educação, das condições de trabalho docente e gestão democrática.

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

Como base para tal movimento, tem força o argumento segundo o qual “o setor privado é inerentemente superior e mais confiável do que o setor público...”

Cruz e Paula (2018) se concentram, igualmente, convergindo com o trabalho de Chaves (2010), na formação de oligopólios na educação superior privada, retomando para tanto as fusões de instituições de educação superior; retomam, ainda, como Oliveira (2009), a educação superior como mercadoria. Problematizam o aligeiramento da formação, a desvalorização do diploma de educação superior e levantam também a questão da financeirização.

Esse processo, o de financeirização, é retratado também por Mocarzel (2019), que dessa vez chama a atenção para o processo de bancarização da publicidade em torno das IES privadas, já que seus anúncios publicitários passaram a dar mais foco para as eventuais linhas de financiamento que oferecem aos seus potenciais clientes/estudantes do que às aulas, diplomas e formações que oferecem. O artigo aborda, como outros dentre aqueles selecionados para o estudo, o processo de financeirização da educação superior no Brasil e da concentração das IES nas mãos de poucos grupos empresariais.

Como foi recorrente em alguns dos artigos analisados aqui, o trabalho de Santos, Chaves e Paixão (2021) fez a análise de um programa voltado à educação, neste caso o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), buscando compreender seu papel na expansão da Educação superior brasileira e seu papel no financiamento da educação superior privada, pelo que os autores concluem que o FIES atende aos interesses de empresários do setor e, apesar de seu caráter social, aprofunda o processo de mercantilização da educação superior brasileira.

Analisando-se o artigo de Casagrande, Maiesk e Alonso (2022), depreende-se a expansão da mercantilização referida por outros trabalhos aqui analisados. Com foco no crescimento da EaD no Brasil e de sua autorização em cursos considerados presenciais (até 40% da carga horária podendo ser EAD), o artigo considera que tal movimento precarizou a educação superior no país e lamenta que a “eadização”.

Enfim, Lopes (2022) abordou o “Future-se”, uma tentativa de consolidar processos de privatização de IES públicas brasileiras, sob o argumento de que uma cultura empreendedora era necessária a essas instituições, além do argumento de complementação orçamentária das universidades era para elas vital, ainda mais em momento de crise financeira e de cortes orçamentários perenes. O incentivo à capitalização por recursos privados pelas IES públicas

foi incentivado durante a presidência de Jair Messias Bolsonaro, amplamente ligada ao mercado financeiro e baseada no desejo de minimização do Estado em todas as esferas da administração pública (com processos iniciados antes de sua chegada ao poder – asfixia do financiamento das IES públicas federais, por exemplo), inclusive no financiamento de serviços públicos entre os quais a educação superior pública e gratuita.

Os temas discutidos por todos esses artigos oferecem um panorama bastante rico e uma clara prova de que análises científicas sérias sobre políticas, baseadas em documentos, estudos empíricos, contextos econômicos e sociais podem ser orientadores profícuos para a ação estratégica de governos que esperam efetivamente desenvolver o país ao mesmo tempo que inclui a totalidade de sua população como beneficiária dessas políticas.

O que queremos dizer? Se levadas em conta as advertências postas nos artigos publicados a partir de 2004, nota-se, quase vinte anos depois, que aquilo que fora anunciado – sobre o fortalecimento das IES privadas, sobre a necessidade de mais financiamento para as IES públicas, sobre os riscos da liberalização do setor de educação superior - era sólido, na medida em que, de fato, os fenômenos que previram ao longo de quase vinte anos de publicações, claro, abrangendo mais tempo do que isso em suas análises. Hoje, nota-se como a concentração da educação superior privada na mão de poucos grupos criou problemas de qualidade de ensino, de empregabilidade de professores na educação superior e de precarização daqueles que ainda atuam em IES privadas; nota-se como o mercado financeiro efetivamente tomou conta das IES privadas e, por pouco, dada a mudança política havida no país (eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022), não avançou sobre as IES públicas, sistematicamente castigadas, não somente financeiramente, desde a deposição da presidente Dilma Roussef, vitimada por golpe parlamentar.

Nota-se ainda que as advertências em torno da EaD – dos eventuais prejuízos que poderia acarretar à qualidade da educação superior no país – foi amplamente ignorada pelos governos ultra liberais no pós-golpe de 2016: na verdade, o que se observou foi a liberalização ampliada do setor, inclusive, como destaca um dos artigos supracitados, com claro processo de “eadização” da educação superior no país, quando se autorizou até 40% de disciplinas EaD em cursos classificados como presenciais, o que, por óbvio não é sem consequências para a qualidade da educação superior oferecida no país, inclusive por IES públicas. Essas últimas, resistiram bastante ao processo de “eadização”, mas muitas passaram a abrir espaço para tal

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

processo em virtude do período pandêmico (Covid-19) vivido, no Brasil, a partir de 2020 (Ferreira; Santos, 2021).

Por óbvio, espera-se que a produção científica sobre esses temas se fortaleça, mas, igualmente, sua mobilização na formulação de políticas para a educação superior no Brasil de modo que seja ampliada, qualificada e tomada como estratégica para o desenvolvimento social, cultural e econômico de todo o país e todos os seus moradores.

Palavras-chave e temáticas envolvidas nos trabalhos analisados

Ao analisar os 13 artigos referentes à privatização/mercantilização/financeirização da educação superior, destacam-se 22 palavras-chave diferentes, mostradas na Tabela 2. O termo mais frequente, citado cinco vezes, foi “privatização”, seguido de “financeirização” e “educação superior”, que aparecem três vezes. Os termos “expansão no ensino superior”, “avaliação da educação superior”, “expansão da educação superior” e “educação superior privada” foram indicados duas vezes. Os demais termos foram indicados apenas uma vez.

Como dito antes, a privatização da educação superior, e como se pode notar pelas abordagens feitas pelos artigos, é sempre um tema dos artigos, ainda quando se fala de programas de expansão das IES públicas, já que os estudos notam, explicitamente, o amplo financiamento de IES privadas, bem como o fortalecimento de programas (FIES; PROUNI) favorecendo o seu crescimento. Ainda, em programas favorecendo o crescimento da EaD no país, como no caso da UAB, deve-se notar o fortalecimento do argumento positivo em torno da EaD, o que pavimenta os caminhos para a “eadização” da educação superior, estimulando as IES privadas em seus projetos empresariais, de acumulação de capital, de formação de oligopólios na área e de sua progressiva e consistente financeirização.

Todos os trabalhos selecionados dialogam de alguma forma, ou pelo tema similar em si ou pelo caráter complementar de um trabalho em relação a outro; por exemplo, quando no trabalho de Mocarzel (2019) o autor demonstra, por meio da análise da publicidade na área, os visíveis impactos do processo de financeirização das IES privadas em suas propagandas que, atribuindo às IES privadas qualidades em virtude de sua atuação como “financeiras” da educação superior – já que propõem linhas de crédito de financiamento de estudos como fato vantajoso umas em relação às outras – tendem a colocar em segundo plano suas vantagens educacionais (qualidade, inserção no mercado de trabalho, entre outras) em proveito de suas linhas de financiamento estudantil. Quer dizer, fala-se em seu trabalho de privatização, de financeirização como em outros trabalhos dentre os selecionados para este artigo, mas, esse

trabalho traz aspectos que ajudam a comprovar o enraizamento da financeirização nas IES privadas e da exacerbação do comportamento de tais instituições na medida em que passam a aplicar abertamente estratégias de gerenciamento e propaganda análogas àquelas do mundo corporativo tradicional.

Esses dados mostram que a maior parte dos trabalhos encontrados entendem que a expansão da educação superior está relacionada à privatização e que as avaliações corroboram com o processo de financeirização deste nível de ensino.

Quadro 3. Palavras-chave e frequência contidas nos artigos selecionados

Palavras-chave	Frequência	Palavras-chave	Frequência
Democratização do ensino superior	1	Educação superior	3
Avaliação	1	Reforma do Estado	1
Expansão no ensino superior	2	Educação para o lucro	1
UAB	1	Flexibilização	1
ProUni	1	Avaliação da educação superior	2
Educação a distância	2	Expansão da educação superior	2
Unesa.	1	Financeirização da educação	1
Educação superior privada	2	Educação e globalização	1
Oligopólios da Educação superior	1	Educação como mercadoria	1
Mercadorização da educação.	1	Reforma da educação superior	1
Eadização.	1	Tecnologia	1
Mercado educacional	1	Inovação tecnológica	1
Análise de discurso	1	Relação público/privado	1
Financeirização	3	Atores políticos	1
Publicidade	1	Setor privado-mercantil	1
Privatização	5	Mercantilização do conhecimento	1
Oligopólios	1	Direito à educação	1
REUNI	1	América Latina e Caribe	1
Reforma universitária	1	Mercantilização	1
Ensino a distância	1	Future-se	1
Empresariamento do conhecimento	1	Fundo de Financiamento Estudantil	1
Universidade	1		

Fonte: Elaboração própria.

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

Quanto às temáticas, dos 13 trabalhos analisados, seis trabalhos (aproximadamente 46%) ressaltam fundamentalmente a análise das legislações e programas para fomentar a privatização/mercantilização/financeirização da educação superior. Por exemplo, o trabalho de Santos, Chaves e Paixão (2021, p.18) demonstra que os grupos sociais dominantes do programa FIES parecem ter como estratégia a “propagação das parcerias público-privadas e da ascensão da participação de empresários em conselhos e assentos estratégicos nos órgãos do governo federal” e assim buscar um amplo domínio e direção de uma classe sobre a outra, em que promove um “processo de persuasão e de convencimento, o qual é mais eficaz que as ações de coerção” (p.18). Sobre a abordagem do conhecimento como mercadoria para alunos da educação superior foram encontrados dois trabalhos, “Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento” (Mancebo, 2004) e “A transformação da educação em mercadoria no Brasil” (Oliveira, 2009).

Também dois trabalhos analisavam a construção de oligopólios, sendo eles “Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios” (CHAVES, 2010) e “Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil” (Cruz; Paula, 2018) enquanto apenas o artigo “As Contingências e Condições Objetivas da “Eadização” do Ensino Superior Presencial” (Casagrande; Maiesk; Alonso, 2022) abordava a EaD na perspectiva da mercantilização e financeirização da oferta da educação superior brasileira, especialmente no setor educacional privado.

Sobre a análise da privatização da educação em outros países, foi encontrado o trabalho “Privatização da Educação na América Latina e no Caribe: Tendências e Riscos para os Sistemas Públicos de Ensino” (Croso; Magalhães, 2016). O único artigo que abordava a temática da publicidade como um importante meio de divulgação do Ensino Superior privado é o “A Financeirização da Educação Privada nas Páginas de Revista: Discursos Publicitários Sobre a Universidade Brasileira” (Mocarzel, 2019), já explicado neste texto.

A partir dos dados arrolados nas seções anteriores, podemos reforçar o dito antes neste artigo, sobre a importância da produção científica, neste caso sobre políticas e outras ações no campo da educação superior, como um elemento chave para a construção de políticas educacionais mais precisas, eficazes, qualitativas e perenes em prol do desenvolvimento equânime do país e de sua população. Esse fato aponta tanto para a necessidade da ampliação qualitativa das pesquisas, bem como das abordagens dentro da temática, quanto para a necessidade da diversificação das pesquisas sobre

privatização/mercantilização/financeirização tendo como resultado publicações em revistas qualificadas dentro dos estratos focalizados.

Considerações Finais

A partir dos termos encontrados nas palavras-chave, títulos e resumos dos artigos selecionados, chegou-se à conclusão de que a temática predominante nas revistas analisadas foi a privatização da educação superior. Em contrapartida, poucos trabalhos abordavam o movimento de financeirização, a potente influência da publicidade para o ensino superior privado, a educação à distância e a importância da globalização no movimento de financeirização desta modalidade de ensino. Os termos mais adotados para se referir à temática pesquisada foram “educação superior”, “privatização” e “financeirização”. Apesar disso, na análise cronológica dos trabalhos, nota-se sua complementaridade e, dada a amplitude temporal que abarcam os textos selecionados, de quase vinte anos, a consecução de previsões e análises postas nos primeiros artigos analisados (2004; 2005) em artigos publicados na década seguinte.

As publicações analisadas tiveram 2004 como data de corte inicial, sendo que os temas focalizados encontravam-se sobretudo em artigos de 2009 e 2022. Embora seja importante considerar a implementação de uma linha de pesquisa específica sobre a financeirização da Educação Superior que foi impulsionando as publicações dentro da temática na área nos últimos 14 anos, conclui-se que ainda é incipiente o número de pesquisas, necessitando de maior representatividade em publicações nas revistas mais bem avaliadas da área. Vale ressaltar que as publicações sobre privatização no ensino superior tiveram início somente após o final da década de 1990, em que foi consentido por meio de regulamentações e decretos a partir da existência de Instituições de Educação Superior com fins lucrativos (Bielschowsky, 2023).

Deste modo, a Educação Superior vem se tornando um grande negócio:

A educação passa a ser vista não mais como um direito, não mais como um caminho para a emancipação, para a formação humana e profissional, mas como algo que se consome, algo descartável, uma lógica simbólica controversa. Consome-se a educação para dar resposta à família, ao trabalho, à sociedade, e perde-se o elemento vital desse processo: o conhecimento. Exportam-se os mais brilhantes cérebros; as instituições públicas de educação superior e algumas confessionais e filantrópicas resistem como ilhas de excelência em meio a um oceano de instituições massificadoras. A cultura de massas requer uma educação de massas. E é isso que as grandes instituições, em maior ou menor grau, estão fornecendo (Mocarzel, 2019, p.17).

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

Concluimos este trabalho destacando a importância de expandir as publicações e estudos sobre as temáticas da privatização e mercantilização da Educação, bem como a financeirização da Educação Superior, em periódicos de alta qualidade. É essencial promover uma ampla disseminação de conhecimento nesses campos para um debate informado e embasado, visando uma compreensão aprofundada dos desafios e impactos desses processos na área da Educação e no campo social como um todo, bem como buscar alternativas para o fortalecimento da educação superior pública e gratuita, frente a esses processos.

Referências

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de; MOCARZEL, Marcelo. Public, private and communitarian: New administrative categories for Brazilian schools and the dispute over the public fund in education. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 30, p. (128), 2022. DOI: 10.14507/epaa.30.7172. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7172>

ADRIÃO, Thresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIELSCHOWSKY, Carlos (Org.). **Expansão da Educação Superior no Brasil**: análise das instituições privadas. São Paulo: Centro de Estudos, Sociedade, Universidade e Ciência, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/64956>

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto** de 1997. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRESSAN, Lucas. **Financeirização na Educação Superior privada brasileira**: permanência por endividamento, expansão por benefício público. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP, 2018, 152 f.

CASAGRANDE, Ana Lara; MAIESKI, Alessandra; ALONSO, Katia Morosov. As contingências e condições objetivas da “eadização” do ensino superior presencial. **Educ. Soc.**, v. 43, e261767. Campinas, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Cz8ghbJjvmPsKwh6zcs8VPj/>

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do Ensino Superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 111, p. 481-500. Campinas, abr.-jun.

2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxfDTPRVBR78m/?format=pdf&lang=pt>

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, v. 37, nº. 134, p.17-33. Campinas, Jan.-Mar., 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/MBjSzsT8hKZvP3VN3hHFvtn/?lang=pt&format=pdf>

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. **Avaliação**, Campinas; v. 23, n. 3, p. 848-868. Sorocaba, SP, nov. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/aval/a/JGvSXBv43Fij7jk4pzmwVWw/abstract/?lang=pt>

FERREIRA, Diego; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. Pedagogia Universitária e o uso das TDIC durante a pandemia de Covid-19: entre as apropriações instrumentais e as críticas. In: NOVIKOFF, Cristina; JUNIOR, Tigernaque P.de S.; XAVIER, Marcio Vieira; MEDEIROS, Jeniara de L. (Org.). **Ensino-aprendizagens: novas abordagens**. 1ªed.Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 2021, v. 1, p. 205-230. Disponível em:
<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10303/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20assistida%20por%20m%C3%ADdias%20e%20tecnologias.pdf>

KRIPPNER, Greta. The financialization of the American economy. **Socio-Economic Review**, v. 3, n. 2, p. 173-208, 2005. <http://dx.doi.org/10.1093/SER/mwio08>

LOPES, Luís Augusto. Future-se: elucidando mais uma tentativa de privatização das universidades públicas brasileiras. **Educação em Revista**, v.38, e25070. Belo Horizonte, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/DQjBgGNfQLsW6pC3L4DLJ6z/?format=pdf&lang=pt>

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educ. Soc.**, vol. 25, n. 88, p. 845-866. Campinas, Out. 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/ybWDVNDWgY7BBnDhCPmCN3b/?format=pdf&lang=pt>

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da Educação Superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da UNESA. **Educ. Soc.**, v. 34, n. 122, p. 81-98. Campinas, jan.-mar. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87326413009>

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60. Jan.-Mar, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwkGxsJqg7vSCC4xk/>

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 1985.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. A financeirização da educação privada nas páginas de revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira. **Educ. Soc.**, v.40, e0216625.

Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira

Campinas, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/XWCcstbxh7XtGXRgfd8yRQS/?lang=pt>

MORGAN, Karine; MOCARZEL, Marcelo. Formação para a conformação? Uma análise das redes da Fundação Itaú Social na implementação da BNCC. **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 35, p. 1039–1064, 2021. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5979>

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da Educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, vol. 30, n. 108, p. 739-760. Campinas, out. 2009.

RUFINO, Beatriz. Privatização e financeirização de infraestruturas no Brasil: agentes e estratégias rentistas no pós-crise mundial de 2008. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, e20200410. 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/urbe/a/XgQBYRSgRM5JbZWzHqDrMck/>

SANTOS, Aline Veiga dos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; PAIXÃO, Divaneide Lira Lima. O jogo político do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (2010–2016). **Revista Brasileira de Educação**. v. 26, e260046, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JkvCB6hKBXkSxLQjqDNnzHM/>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. **Pro-Posições**, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222. Campinas, Maio/Ago de 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pp/a/xsWtB87QQvPLK6hwmj7shsc/?lang=pt&format=pdf>

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil - refém do mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: CHAVES, Vera Lucia Jacob.; MAUÉS, Olgaízes.; HAGE, Salomão. (orgs.). **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2016.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**. n.º 29. mai./ago. de 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PPfyZc6tFgYC3Csvvh4FxFz/abstract/?lang=pt>

Agradecimentos

Os autores agradecem ao CNPq e à Faperj pelo financiamento desta pesquisa.

Notas

ⁱ Neste artigo, para melhor objetividade metodológica nos buscadores, usaremos os termos educação superior e ensino superior como sinônimos, mesmo compreendendo que muitos autores fazem distinções conceituais, sendo o ensino apenas uma parte do processo de educação.

ⁱⁱ Taxa líquida se refere aos alunos em idade certa. Ou seja, do total de alunos que termina o Ensino Médio no Brasil, menos de 10% ingressam no Ensino Superior, segundo o autor.

ⁱⁱⁱ Programa Universidade para Todos, que consiste em compra de vagas por parte do governo, em instituições privadas de Ensino Superior.

^{iv} Fundo de Financiamento Estudantil, que possibilita que o aluno curse o Ensino Superior e pague depois. Na verdade, o Governo Federal atua como fiador, quitando as mensalidades através de repasses às instituições e o aluno paga posteriormente ao Governo.

^v Portarias que modificaram o cronograma de repasses às instituições e implementaram critérios mais exigentes de qualidade para fazer parte do programa, levando a uma redução de cerca de um terço no número de beneficiários.

Sobre os autores

Marcelo Mocarzel

Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (Faperj). Doutor em Comunicação pela PUC-Rio e mestre em Educação pela UFF, onde também realizou estágio pós-doutoral. É professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UCP e do Programa de Pós-graduação em Educação da Unesa. É professor titular e diretor do Unifeso. E-mail: marcelomocarzel@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2780-0054>

Mônica de Oliveira Lopes

Doutoranda em Educação pela Unesa e mestre em Diversidade e Inclusão pela UFF. É professora da rede municipal de Rio das Ostras – RJ. E-mail: moniolivelo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7366-4367>

Diego Ferreira

Mestre e doutor em Educação pela UFF, com período sanduíche na *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*, e pós-doutor em Educação pela USP. É professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Unesa. E-mail: diegojorge@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6158-317X>

Recebido em: 03/09/2023

Aceito para publicação em: 12/09/2023